



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Conversão Orgânica da CUT e o Governo Lula da Silva: o conceito de qualidade de vida e suas transformações no interior da Central (1981-2006)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rodrigo Teixeira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorado
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Entre 1991 e 2006 ocorreu um deslocamento da CUT através de novas posturas programáticas que não refletiam a totalidade das posições existentes no seu interior, passando por cima de grande parte dos acordos construídos desde a fundação da Central. Esse novo paradigma programático teve através do conceito de qualidade de vida um de seus pilares fundamentais, o qual balizou a conversão orgânica da CUT em direção ao um sindicalismo de cunho conciliador e social-liberal.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
CUT, Social-liberalismo, qualidade de vida			

Neste trabalho buscamos analisar em que medida o conceito de “qualidade de vida” da CUT foi se modificando nas resoluções de seus congressos, tendo em vista as concepções forjadas por E.P. Thompson em sua obra.

O ponto nevrálgico de nossa discussão aparece no início do capítulo 5 “Padrões e Experiências”, do segundo volume do livro “A formação da Classe Operária na Inglaterra”. Nele Thompson coloca como cerne a disputa sobre a maneira pela qual se determinaria o “padrão de vida” dos trabalhadores:

“A controvérsia a respeito do padrão de vida durante a Revolução Industrial adquiriu, talvez, grande significado, quando se abandonou a tentativa um tanto irreal de determinar o salário do trabalhador hipoteticamente ‘médio’, dirigindo-se a atenção para os artigos de consumo (alimentação, vestuário, habitação) e, por outro lado, a saúde e a mortalidade”¹.

Se o padrão de vida dos trabalhadores não deve ser mensurado apenas pelo preço da venda de sua força de trabalho, ela deixa de ter determinantes puramente quantitativos, para ampliar seu leque em direção a variáveis qualitativas. Devemos levar em consideração que não apenas o preço de cada artigo de consumo, ou mesmo a quantidade de calorias de um alimento definem se o padrão de vida dos trabalhadores melhorou. Precisamos investigar a relação que estes bens têm com a cultura intrínseca destes mesmos trabalhadores, a história do seu fazer-se como classe. Thompson

¹ THOMPSON, Edward Palmer. “Padrões e Experiências” In: A Formação da Classe Operária Inglesa: Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. Pág 179

utiliza um exemplo emblemático para o caso inglês, que foi o suplantado do pão pela batata na dieta dos trabalhadores:

“Os especialistas em nutrição pode atestar, hoje, as virtudes da batata: certamente, a adição da batata à dieta, tornando-a mais variada, num momento em que o padrão de vida subisse o suficiente para permiti-la, representava um avanço. Contudo, a substituição do pão e da farinha de aveia pela batata era considerada uma degradação. (...) Durante a Revolução Industrial, o preço do pão (e da farinha de aveia) era o principal índice para avaliar o padrão de vida, na opinião do povo.²”

A utilização da batata, que tinha custo mais baixo, possibilitou degradar o preço da força de trabalho, tendo em vista que seu preço médio é baseado nos artigos necessários para sua reprodução. Isto é, a utilização da batata como uma das bases da alimentação fazia com que o salário do trabalhador em geral pudesse ser menor, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista nutritivo, ele tivesse “ganhos”, especialmente para prolongar sua exploração pelo capital. Estes “ganhos” são relativos, na medida em que possibilitava a diminuição do salário do trabalhador, o qual, através de sua experiência e tradição estabelecia moralmente outros critérios de análise para avaliar seu padrão de vida.

Esta concepção mais ampla sobre a definição do valor da força de trabalho foi muitas vezes criticada por certas concepções ditas marxistas, ou mesmo no interior do sindicalismo. A relação direta entre um melhor padrão de vida vinculado ao aumento imediato do salário, determinando um dos embates fundamentais da luta de classes por uma lente que separa o econômico do político, tornou-se quase que regra na atuação de grande parte dos movimentos organizados dos trabalhadores.

Aqueles que defendiam uma concepção mais ampla e histórica, que envolve de elementos da cultura, da tradição e da experiência dos trabalhadores na determinação do seu padrão de vida pareciam estar deslocados das análises realizadas por Marx.

Em uma das passagens de O Capital, Marx define força de trabalho da seguinte maneira:

“Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (...) O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução, deste artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de

² Idem, ibidem. Pág 181

trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário a produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor.³“.

Nesta passagem Marx define a força de trabalho como “qualquer outra mercadoria”. Se pararmos por aí, e analisarmos friamente a força de trabalho como “uma mercadoria igual qualquer outra”, teremos o central de sua corporificação no mercado o seu preço, sendo a luta de classes apenas uma disputa em torno de aproximar o preço da força de trabalho do seu valor. Num sentido restrito, seria aumentar o salário para assim diminuir o mais-valor do capitalista. Embora este enfoque não seja totalmente incorreto, ele não é suficiente. Marx logo em seguida expande o conceito de força de trabalho, ampliando seu arcabouço cognitivo:

“As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. **Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral.**”⁴“

Neste momento de sua análise, Marx alarga o conceito que define o valor da força de trabalho, historicizando-o. Em sua perspectiva, as “necessidades naturais” são históricas, determinadas em grande medida pelos “hábitos e aspirações de vida” dos trabalhadores. A força de trabalho não é apenas diferente das outras mercadorias neste aspecto: o elemento histórico e moral que define o seu valor é uma antítese intrínseca a sua condição de mercadoria peculiar. O trabalhador organizado coletivamente poderia, portanto, potencializar esta antítese, aumentando ainda mais o “curto-circuito” de ser, ao mesmo tempo, humano (histórico e moral) e mercadoria ao entrar no mercado da venda da força de trabalho.

Esta concepção modifica grande parte das indagações e propostas no interior do conflito capital-trabalho, e a maneira pela qual construímos as lutas sociais, pois resgata o humano como cerne, desautorizando qualquer visão determinista sobre a luta de classes. Deixamos de lado uma visão mecanicista que vê o trabalhador como mero reproduzidor da dominação a qual lhe é imposta, e passamos a ter um método de análise que incorpora a história dos trabalhadores construída através da sua luta enquanto classe.

³ MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural: 1996. Págs. 285-286

⁴ MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural: 1996. Págs. 288-289

Thompson construiu em sua obra, em grande medida, uma investigação densa sobre este elemento de antítese que carrega a força de trabalho. O seu conceito de consciência de classe deriva desta concepção ampla que não vê o trabalhador como mera mercadoria, manipulável, mas que detêm, mesmo que de forma contraditória, volátil e fluida, certa consciência do que ocorre no mundo e consigo mesmo. Descoisifica o trabalhador, que mesmo contraditoriamente, afirma sua moral através de lutas que vão contra uma lógica econômica pura e simples baseada no custo-benefício/lucro-prejuízo. Consciência de classe humano-histórica, dinâmica e inquebrantável diante das dificuldades das lutas do cotidiano e do além-do-presente, pois traz consigo a cultura daqueles que são explorados e que se sentem estranhos num mundo de coisas e não de pessoas.

Esta contradição que forja o trabalhador, ser ao mesmo tempo moldado por um trabalho que o degrada ao invés de humanizá-lo, e manter-se humano apesar da coisificação imposta pela ordem do capital, amplia seu espectro em diversos âmbitos de determinações da sociedade. Uma derivação histórica, em movimento, da contradição fundamental capital-trabalho.

Assim, o modo de produção deixa também de ter um viés fechado ao âmbito da fábrica e da visão liberal que separa a economia da política, e se amplia, sendo a maneira (forma e conteúdo) pela qual se produz o mundo e a vida:

“Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subsequentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão (...) a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção. Uma divisão arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma ideia na cabeça”⁵.

Este novo mundo que se abre sistematizado do ponto de vista teórico nas ideias de Thompson é retomado pelos trabalhadores através da sua cultura de classe. Thompson organizou em sua investigação, análise e síntese a história da classe operária em suas múltiplas determinações, resgatando a autonomia das classes subalternas em construir sua história e sua concepção sobre a realidade.

Ao reconstruir em conjunto com a classe e sua história suas visões sobre o real, o próprio conceito de classe também se modificou, interligando-se ao fazer-se da própria classe. Thompson foi fruto de seu tempo, sendo também construído como “indivíduo” através de sua relação com a

⁵ Thompson, E. P. “Folclore, Antropologia e História Social” In: Thompson, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Pág 255

classe, a mesma classe que com ele demonstrou suas concepções, e ao seu lado forjou novas saturações para diversos conceitos. O conceito de classe está também no interior deste “curto-circuito”, que radicaliza a vivacidade do humano e da capacidade do subalterno de decidir sobre o seu destino:

“Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio das relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter o poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (...) A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção, e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.”⁶

Ou seja, a história das lutas dos trabalhadores dá-se invariavelmente no terreno moral, vinculada aos seus hábitos, costumes e experiências. Dependendo de que concepção temos sobre as lutas fundamentais dos trabalhadores, chegamos a conclusões e objetivos diferentes.

Qual seria, então, a concepção demonstrada nas resoluções da CUT sobre as lutas fundamentais dos trabalhadores? Quais seriam os “conceitos-chave” em nossa investigação para que possamos concluir as permanências ou mudanças de rota das posturas empreendidas pela CUT?

O conceito de “qualidade de vida” nas resoluções da Central Única dos Trabalhadores

O conceito de “padrão de vida” não foi muito utilizado nas resoluções congressuais e plenárias da CUT em sua história. Ela apareceu apenas uma vez entre 1983-2006, na resolução sobre “Análise da Conjuntura Política Brasileira” do 1º Congresso Nacional da CUT, realizado em 24, 25 e 26 de agosto de 1984 em São Bernardo do Campo (SP):

“A política econômica recessiva do regime militar e do FMI, imposta pelo imperialismo, interessa basicamente ao grande capital financeiro internacional e está desarticulando toda a

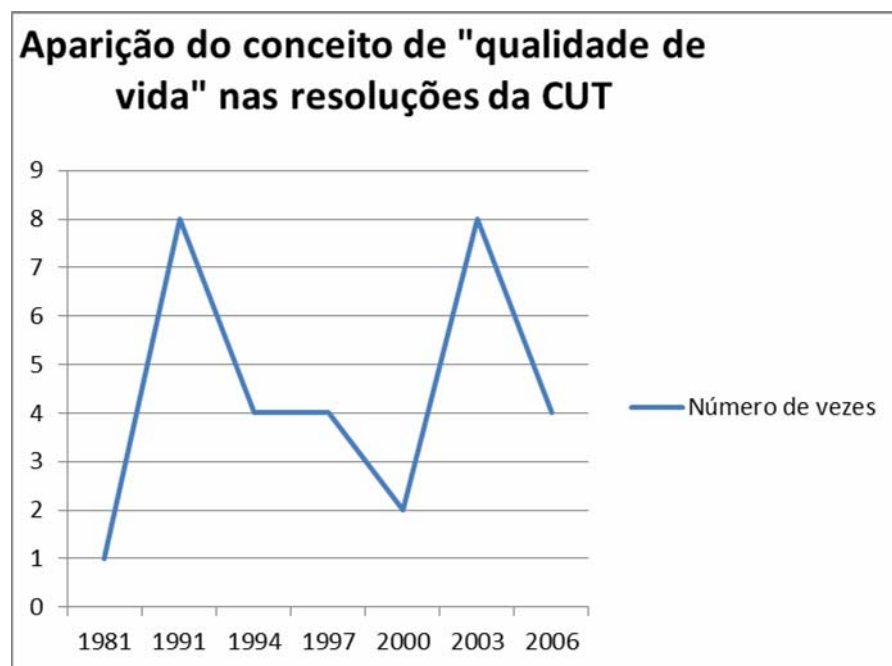
⁶Thompson, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” In: Thompson, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Pág 274, 277

estrutura produtiva do país, deteriorando o **padrão de vida** dos brasileiros, especialmente da população trabalhadora.⁷”

Entretanto, um conceito que podemos utilizar como correlato ao de “padrão de vida” é o de “qualidade de vida”. O conceito de qualidade de vida foi progressivamente ganhando espaço nas resoluções congressuais da Central Única dos Trabalhadores. Além de se tornar um dos objetivos estratégicos da Central, a qualidade de vida aparece correlacionada com conceitos e interesses diversos, tomando formas variadas dependendo do seu contexto.

A definição do que seria esta “qualidade” está, para nós, em disputa, da mesma forma que o conceito de “padrão” nos estudos realizados por Thompson. Temos que tentar ler o que realmente está escrito: apesar da mesma denominação, o conceito de “qualidade de vida” pode ter determinações variadas, inclusive referenciais teóricos dos mais diversos. Estas diferenças na formulação do conceito, apesar da manutenção da mesma denominação, foi uma de nossas investigações neste trabalho.

A CUT, progressivamente em suas resoluções, irá utilizar o conceito de “qualidade de vida”, como podemos ver na tabela abaixo:



Fonte: Resoluções dos Congressos da CUT. Elaboração própria.

⁷ CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT. In: CD-ROM CUT 10 anos.

Do ponto de vista quantitativo, nos chamaram atenção alguns aspectos da tabela: 1) O conceito de qualidade de vida ficou 10 anos sem aparecer nas resoluções congressuais da CUT, retornando em 1991. 2) Após seu retorno em 1991, o conceito de qualidade de vida, apesar da variação na sua utilização e na quantidade de aparições, estará presente em todas as resoluções congressuais desde então. 3) O número maior de aparições do conceito ocorreram em 1991 e 2003.

Quais eram os conceitos utilizados pela CUT nesses diferentes períodos? Ao manterem a mesma denominação “qualidade de vida”, o conceito também continuou o mesmo?

Em 1981, o conceito de qualidade de vida aparecia vinculado ao de Reforma Agrária da seguinte maneira em sua resolução:

“REFORMA AGRÁRIA

Considerando:

– que as condições de trabalho e a **qualidade de vida** dos trabalhadores rurais estão a exigir, há várias décadas, a implantação da reforma agrária;⁸”

Neste Congresso o conceito de qualidade de vida estava relacionado à democratização da propriedade, como também às mudanças necessárias nas condições de trabalho no campo. No 4º Congresso Nacional da CUT, entretanto, o tema da propriedade perdeu força, e o conceito de qualidade de vida apareceu relacionado a diversos outros conceitos.

O primeiro conceito que se vinculou ao de qualidade de vida foi o de “distribuição de renda”. Com a melhoria do salário dos trabalhadores, através de uma maior distribuição de renda no país, alcançar-se-ia uma “nova qualidade de vida”:

“A persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma **nova qualidade de vida** para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular.⁹”

Assim, a distribuição de renda e uma nova qualidade de vida seriam alternativas ao projeto neoliberal vencedor nas eleições de 1989. A maneira pela qual esta nova qualidade de vida seria alcançada estava delineada na resolução sobre *Estratégia* da CUT:

“*Resolução Estratégia da CUT*

⁸ CUT. Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora . 1981

⁹ 4º CONCUR Grifos nossos.

Avançar na articulação com os setores democráticos populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como a defesa do direito à cidadania, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, **a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida**, entre outros.¹⁰

Para conseguir uma maior qualidade de vida, era necessário construir uma nova hegemonia que teria como pilar o desenvolvimento com distribuição de renda. Gostaríamos de realçar que nesta resolução o conceito de qualidade de vida esta mais claramente vinculado ao de “desenvolvimento” e ao de “defesa do meio ambiente”.

Quais seriam, então, o conjunto de conceitos que construiriam este arcabouço que determinaria o conceito de “qualidade de vida” neste 4º CONCUR, em 1991?

Nos diversos momentos em que aparece nas resoluções da CUT neste CONCUR (oito vezes no total), em sua maioria o conceito de qualidade de vida estava vinculado às resoluções que tem como tema central o “meio-ambiente”. Entretanto, as maneiras pela quais apareceu no texto não são uniformes; em diversos momentos, inclusive, são contraditórias, e esboçavam concepções diferentes.

O início da Resolução sobre meio-ambiente era marcada por uma forte crítica a assim chamada “modernização conservadora”

“Resolução Meio ambiente e desenvolvimento

(...)

A chamada “modernização conservadora” sempre foi excludente e caracterizou-se pelos baixos salários, pela alta concentração da renda e da terra, pelo aumento da miséria, pela urbanização e migração desordenadas e pela deterioração da **qualidade de vida** na cidade e no campo.”

Nesta resolução, vinculou-se o tema da qualidade de vida ao de meio ambiente, relacionando de forma mais uniforme uma crítica geral do modelo econômico de concentração de renda e terra. Apesar de vincular o tema a outros denominadores, não ficava claro se a proposta colocada era a de um “novo modelo de desenvolvimento” ou um “novo modelo de sociedade”, no sentido de uma crítica ao modelo desenvolvimento capitalista. Aparentemente existem contradições nas diversas resoluções: *em alguns momentos a qualidade de vida se vincula mais a distribuição de renda e melhores salários; em outros a uma defesa do meio ambiente em contraposição a lógica capitalista de produção.*

¹⁰ 4º CONCUR Grifos nossos.

Apesar de aparecer um número maior de vezes relacionado ao tema do meio ambiente, o peso definidor do conceito de qualidade de vida utilizado em 1991 pela CUT estava relacionado ao novo “rumo” que a Central iniciava a adotar, pautado pela “Resolução Estratégica da CUT”.

Em trabalhos anteriores, avaliamos que um dos momentos de maior mudança na CUT foi o período entre 1991-1994. Tendo como marco o 4º e o 5º Congressos Nacionais da CUT, este foi o início de um *período de transição* no qual a CUT deixou progressivamente sua concepção classista de sindicalismo em direção a uma atuação social-liberal¹¹.

A partir da 4ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1990, começaram a circular documentos redigidos pela “Articulação Sindical” que caracterizavam a prática sindical cutista da década de 1980 como “reativa-reivindicativa”¹². Iniciou-se um processo de disputa ideológica no interior da CUT de seu histórico, para que a partir de supostas análises fossem legitimadas mudanças na atuação da Central. No IV CONCUR esta disputa colocou-se em novos patamares.

O IV CONCUR contou com a participação de 1.554 delegados, provenientes de 1.679 entidades. Destes, 17% eram provenientes da base, e 83% da direção dos sindicatos.

Um dos aspectos mais marcantes deste congresso foi a luta interna pelo controle do poder da Central. Esta luta política, em muitos momentos era mascarada pelo setor majoritário enquanto “questões administrativas, a qual envolvia a mudança dos estatutos, a mudança na eleição dos delegados e a questão da chamada proporcionalidade “qualificada”. A eclosão de tantas divergências dividiu o Congresso em dois blocos fundamentais: de um lado, a “Articulação Sindical”, em aliança com a “Nova Esquerda”, a “Vertente Socialista” e a “Unidade Sindical”, e do outro lado as outras tendências, como o “CUT pela base”, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos. Os campos sindicais nos quais participavam o PC do B e o PCB, antes presentes na CGT, a partir deste IV CONCUR iniciaram a sua participação na Central.

Para além das discussões que supostamente seriam “administrativas”:

“O que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia.”¹³

¹¹ TEIXEIRA, Rodrigo Dias. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000). Dissertação de Mestrado PPGH-UFF: 2009. Pág 68

¹² Idem, ibidem. Pág 68

¹³ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT Ontem e Hoje, São Paulo, Vozes: 1991. Pág 44.

O IV CONCUT estava colocado como um grande marco para definição dos caminhos que a CUT trilharia na década de 1990, sobre quais seriam suas respostas para os desafios colocados com a mudança de conjuntura do país. A centralidade desse Congresso aumentou o clima de disputa na Central, especialmente com o “pano de fundo” da ida da CUT ao “entendimento nacional” com Collor, como também devido às novas propostas da Articulação Sindical no que tange aos Estatutos.

Além de um grande número de fraudes, este foi o primeiro Congresso no qual o efeito “Funil”, aprovado no III CONCUT foi testado na prática. O que ocorreu foi uma grande diminuição da participação da Base nas definições da CUT, como podemos perceber na tabela abaixo:

Evolução da participação dos delegados nos CONCUT's

	Base	Direção
I CONCUT	65,9%	34,1%
II CONCUT	70,51%	29,49%
III CONCUT	51%	49%
IV CONCUT	17%	83%

Fonte: CUT. Quadro dos Delegados aos I, II, III e VI CONCUT. Elaboração própria.

Assim, no IV CONCUT ocorreu um crescimento de 69% da participação da Direção, e uma diminuição em 66% da participação dos delegados da Base.

Com este novo panorama, o Congresso aprovou, por uma pequena maioria de 21 votos, ou 1,35%, o fim da autonomia da CUT perante as Centrais Sindicais Internacionais, abrindo espaço para a filiação da CUT a CIOSL na 5ª Plenária Nacional da CUT, em 1992.

A segunda grande votação foi sobre a proporcionalidade qualificada. A oposição desejava um sistema mais democrático, no qual houvesse “revezamento” na escolha dos cargos para a direção da Central. Pelos estatutos vigentes, a chapa vencedora tinha o direito a preencher todos os cargos de acordo com o número de representantes eleitos, sendo os outros posteriormente preenchidos pela chapa perdedora. Se a proporcionalidade qualificada funcionasse, a direção espelharia melhor o equilíbrio do Congresso, pois a chapa vencedora ficaria com a Presidência, a chapa de oposição com a vice-presidência, e assim sucessivamente.

Nesta votação, na primeira contagem houve empate. Realizou-se, então, uma recontagem com a presença de fiscais atentos dos dois lados e a proposta da oposição foi vencedora: 742 votos favoráveis e 741 contrários. Entretanto, no Domingo, iniciados os trabalhos, a direção do congresso optou por anular a votação sobre a proporcionalidade porque um dos votos em separado seria “repetido”. Após a notícia da anulação, o Congresso ficou paralisado por mais de quatro horas, período no qual os dois blocos existentes na Central tiveram conflitos sérios, inclusive físicos. As confusões e brigas tiveram como estopim a votação da proporcionalidade, como também a negativa por parte da Mesa de Diretora do Congresso em ceder a possibilidade de fala para Cyro Garcia, da Convergência Socialista, tendo em vista sua defesa em relação às acusações de “roubo” proferidas pela Articulação.

De um lado a oposição gritava “Democracia” e “apuração, apuração, agora chega de ganhar no tapetão”. De outro, a situação respondia: “olê olé olá.. racha, racha” e “racha, racha, vai pra Força Sindical”. O tempo foi passando, e chegou uma nova informação da mesa diretora dos trabalhos, avisando que o prazo para a inscrição das chapas havia sido encerrado e com apenas uma chapa inscrita, a da “Articulação Sindical”, passando-se assim para votação. O ambiente, que já estava complicado, piorou ainda mais. Após uma forte pressão da oposição, foi dado um pequeno prazo para que outras chapas se inscrevessem. Assim encerrou-se a polêmica sobre a votação da proporcionalidade, com a manutenção do estatuto da CUT, passando por cima da deliberação do Congresso que aprovara a “proporcionalidade qualificada”.

Dessa maneira, as mudanças das resoluções da CUT tiveram grande influência da perda de sua democracia interna. Foram as sequências de golpes e construções “por cima” que inviabilizavam em grande medida o peso da base dos sindicatos, possibilitando, então, a aprovação de textos. Caso a base em sua totalidade fosse representada era grande probabilidade que as propostas de mudança fossem rejeitadas.

Ocorreu um deslocamento da CUT através de novas posturas programáticas que não refletiam a totalidade das posições existentes em seu interior, passando por cima de grande parte dos acordos construídos desde a fundação da Central. Tendo em vista as análises anteriores presentes neste texto, avaliamos *que esse novo paradigma programático teve através do conceito de qualidade de vida um de seus pilares fundamentais, o qual balizou a conversão orgânica da CUT em direção ao um sindicalismo de cunho conciliador e social-liberal.*

No V CONCUR, apesar de não aparecer tantas vezes nas resoluções, as vinculações do conceito de qualidade de vida com concepções cada vez mais conservadoras fica muito evidente. Se no IV CONCUR ainda existiam maiores contradições nos temas relacionados às mudanças no

que tange ao modelo de desenvolvimento, em 1994 a CUT deliberava não mais ser contra a “reestruturação produtiva”. Ao invés de ser “apenas do contra”, propunha disputar esta concepção sobre o que seria a reestruturação produtiva, defendendo uma:

“Reestruturação produtiva com desenvolvimento econômico e social

Devemos disputar as ideias de “qualidade e produtividade” partindo de uma perspectiva da **qualidade de vida** e trabalho para as maiorias e da distribuição dos frutos do aumento da eficiência do trabalho para o conjunto dos assalariados e da massa de excluídos.¹⁴”

Além de entrar no interior da disputa de termos que tinham significado claramente retrógrado, e com patamares de definição bem próximo àqueles que defendiam certos setores da burguesia vinculada mais diretamente as indústrias, as resoluções da CUT também caminhavam em direção a defesa de que o aumento do poder do consumo viabilizaria uma maior qualidade de vida e possibilitaria avanços em diversas áreas, como também a aproximação com os trabalhadores desempregados:

Organização por local de trabalho (OLT)

Esta talvez seja a ponte que ligará a Central aos trabalhadores não-assalariados (por conta própria, donas-de-casa etc.), que ocupam o mercado informal de trabalho e são excluídos da participação e do acesso aos bens que garantam **melhor qualidade de vida**, saúde, educação, moradia, entre outros. Aqui aparece a primeira vinculação das OLTs com a saúde, entendida como direito à vida, dentro de uma visão de integração processo produtivo-comunidade.

A necessidade da organização por local de trabalho é um dos temas mais caros ao sindicalismo combativo em geral. É a partir do interior de cada espaço de produção e reprodução da fora de trabalho que se pode construir novas alternativas através da luta. Entretanto, na CUT gradativamente as resoluções que tinham como norte a OLT eram meramente formais, garantindo um certo consenso com as correntes minoritárias, como também formulando novas posturas programáticas que iam na contramão de uma postura crítica à ordem vigente.

Se a CUT manteve-se claramente classista no período que vai de sua fundação em 1983 até 1991 (IV CONCUR), entre 1991 e 1994 (IV e V CONCUR's) temos um período de transição em direção a um sindicalismo conciliador. O período regido por esses dois Congressos Nacionais (inclusive os congressos em si) foi pautado por intensas disputas no interior da Central, iniciando a quebra do consenso geral de que todos na CUT seriam classistas e socialistas. Nesta

¹⁴ CUT. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT in: CD-ROM CUT 20 anos.

época a CUT tinha cada vez mais contradições, pois ao mesmo tempo em que realizava lutas contra o ajuste neoliberal e mantinha-se uma frente única de massas, começava a reformular sua atuação. Um marco fundamental dessas transformações foram as deliberações da 7ª Plenária Nacional, em agosto de 1995. Com os próximos dois congressos em 1997 e 2000 (VI e VII CONCUR's), e a nova perspectiva de atuação da Central através da constituição de “espaços públicos não-estatais”, e recebimento de recursos através do FAT para implementação de atividades de Formação Profissional, intermediação de emprego, cooperativismo e acesso ao crédito, a CUT consolidou sua transição, tornando-se uma central social-liberal. Estas transformações tiveram relação direta com as mudanças na conjuntura (queda do muro de Berlim e descrença na alternativa socialista, vitória de Collor sobre Lula da Silva em 1989, expansão do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva, vitória e reeleição de FHC, aumento do desemprego e declínio das greves, etc), como também com a disputa realizada internamente.

Do ponto de vista das relações internas entre as correntes sindicais, a Articulação Sindical, no período entre 1983 e 1991, dirigiu intelectual e moralmente a CUT, baseando sua atuação na maioria conseguida na base (imprimindo essa maioria nas votações) e nos consensos possíveis realizados com as correntes minoritárias. As divergências existentes já eram grandes nessa época (como na votação no III CONCUR em 1988 sobre o “funil” para eleição dos delegados ou a ratificação da participação nas câmaras setoriais e a filiação à CISOL em 1992), mas ainda mantinham-se pontos de convergência entre a maioria e a minoria. A partir do IV CONCUR, com o novo cenário formado pelo “funil”, que gerou a forte diminuição de delegados na base, como também devido ao golpe na votação da proporcionalidade qualificada e nas fraudes existentes nas delegações ao Congresso, os espaços de “democracia sindical” foram diminuindo na Central, e gradativamente novas formulações foram ganhando densidade. *A Articulação Sindical, no período entre o IV e o V CONCUR's, entrou numa fase de transição na qual deixou de dirigir a CUT, para então dominá-la.*

Especialmente a partir do IV CONCUR (1991), o acordo geral de que todos na CUT eram classistas foi gradativamente quebrado, diminuindo o consenso que antes existia entre a maioria e minoria, parte fundamental da direção intelectual e moral conduzida pela Articulação Sindical. A quebra de consenso e “sufocamento” dos espaços de democracia sindical foram dois aspectos de um mesmo processo de mudanças que ocorreram no interior da Central. Estas transformações tiveram relação também com o posicionamento estratégico da CUT, já que na passagem para tornar-se corrente dominante internamente na Central, a Articulação Sindical foi pouco a pouco sendo dirigida intelectual e moralmente pela burguesia, aplicando como seu o programa das classes dominantes. Um sindicalismo social-liberal, pois a CUT era uma Central que

provinha da tradição socialista, e que acabava por utilizar sua legitimidade no interior das massas para propagação do projeto neoliberal, defendendo certos desvios de rota e adaptações táticas no interior das suas margens de manobra.

O VI CONCURTO, realizado em 1997, manteve as posturas dos anteriores no que tange ao conceito de “qualidade de vida”. Mas o VII Congresso Nacional da CUT, realizado em 2000, ampliou ainda mais uma certa forma de concepção de aproximação com os trabalhadores do setor informal, precarizados e desempregados. Se em 1994 o vínculo com esse segmento específico das classes subalternas passava pelo seu local de trabalho (mesmo que através de uma concepção arrefecida), em 2000 o foco era outro: a economia solidária.

Neste momento, para além de vincular o conceito de qualidade de vida à distribuição de renda, à defesa do meio ambiente e à inserção no mercado de consumo, a Central definiu a economia solidária como forma pela qual poder-se-ia assegurar a garantia de todos estes “objetivos”. A luta dos trabalhadores ainda estava lá, mas subordinada a construção de cooperativas viabilizadas pela Agência de Desenvolvimento Solidário, a ADS.

Retomemos um pouco a Thompson. Se o conceito de qualidade de vida (que usamos aqui de forma análoga ao de “padrão de vida”) deve conter em si elementos da cultura, tradição, hábitos e costumes das classes trabalhadoras que entram em choque com a lógica do capital, a CUT estava construindo um conceito contestatário ou subserviente?

Se avaliamos que a disputa em torno do conceito de qualidade de vida não é meramente formal, mas uma das bases das disputas mais gerais de hegemonia na sociedade civil sobre a forma pela qual deve ser concebida a vida dos trabalhadores, esta indagação não deve ser vista como uma questão menor. Uma resposta “fácil” seria apenas vincular as mudanças mais gerais da CUT as mudanças de suas resoluções, e ratificar uma transformação mais geral através do que conhecemos, a priori, nas fontes. Entretanto, propomos ir um pouco além desse paradigma.

A transição da CUT em direção a um sindicalismo conciliador e social-liberal foi realizado de forma orgânica, gradual, com momentos de rupturas, mas acima de tudo com profundas transformações. Esta metamorfose não se deu sem ligaduras: a aparição em todos os congressos entre 1991 e 2006 do conceito de “qualidade de vida” não foi fruto do acaso, mas uma demonstração, no âmbito das resoluções, das mudanças de concepção da Central. Se no início a CUT tinha como objetivo a luta contra a lógica capitalista de produção, pela ampliação de direitos fundamentais e democratização da propriedade (através das reformas agrária e urbana) como parte do avanço da qualidade de vida dos trabalhadores, posteriormente essa será vista através de uma

maior inserção no mercado de trabalho, se possível deforma mais “digna”. Uma espécie de “exploração não-imoral”, como se a exploração da força de trabalho, em si, não trouxesse uma contradição moral. A apropriação do mais-valor, por si só, é moralmente condenável do ponto de vista das classes trabalhadoras:

“ ‘Que é uma jornada de trabalho?’ De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à produção dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! Mas em seu impulso, cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para concentração, renovação e restauração da força vital a tantas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário de força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo.¹⁵”

O elemento moral como parte da cultura dos trabalhadores não pode ser menosprezado, tendo em vista que aos poucos as concepções cutistas tenderam a camuflar o conflito capital-trabalho, deslocando-o para um debate sobre “intensidade de injustiças” medida através do salário puro e simples, e de certas garantias trabalhistas¹⁶.

¹⁵MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural: 1996. Pág 378-379

¹⁶ Mesmo estas garantias trabalhistas foram deixadas de lado em diversos momentos, como nos episódios das Câmaras Setoriais, do debate sobre a Reforma da Previdência e da Reestruturação Produtiva, entre outros. Entretanto, nas

Com a vitória de Lula da Silva para presidência da República, a atuação da CUT mudou muito em relação a conjuntura, o que, posteriormente, congregaria fortes tendências estruturais.

As tendências mais estruturais de afirmação de um sindicalismo social-liberal no interior da CUT foram reafirmadas e consolidadas com o Governo Lula da Silva. Ao invés de manter uma postura crítica, ou mesmo certa autonomia diante do novo governo, a Central, tanto em suas resoluções quanto na prática cotidiana, tinha uma atuação de defensora, no interior da sociedade civil, de grande parte das políticas aplicadas pelo governo. Essa linha de defesa se dava em grande medida porque as políticas aplicadas pela sociedade política foram formuladas anteriormente na sociedade civil, através da CUT e de grande parte dos sindicatos a ela filiados; o número de ex-dirigentes do sindicalismo cutista que tornam-se ministros de pastas importantes, como também presidentes de agencias e empresas estatais é um dado que agrega ainda mais força a esta tese.

Dessa maneira, no 8º CONCURTO, realizado em 2003, a Central teve um novo “recorde” no número de aparecimento do conceito de “qualidade de vida” em suas resoluções (oito no total). Mas duas resoluções, em especial, nos chamam a atenção na definição do conceito. A primeira que gostaríamos de destacar como marco nas concepções da CUT foi a resolução “*Papel do Estado, Políticas Públicas e atuação da CUT*”, na qual se encontra uma síntese de avaliação do Governo Lula da Silva e do papel da Central neste novo período :

“O novo governo está propondo a criação de diferentes espaços de participação da sociedade na condução das políticas estatais – conselhos, fóruns, entre outros. Neste sentido, a CUT e os setores nela organizados devem impulsionar fortemente a ampliação da transparência no trato da coisa pública e dos controles sociais sobre as políticas e programas governamentais, colocando-se como um ator relevante e principal para representar os trabalhadores e trabalhadoras, visando a garantia e a ampliação de direitos.

A CUT deve intensificar suas ações na relação com o Estado, o governo e a sociedade civil, visando aprofundar a democracia no Brasil com a efetiva democratização do Estado e a participação da sociedade e dos trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas. Uma democracia radical, socialista, e econômica e social. Uma importante tarefa para a CUT neste período deve ser a de resgatar, organizar e coordenar a formulação de propostas para políticas públicas, no marco da disputa de hegemonia e da defesa dos direitos dos trabalhadores – direitos individuais, coletivos (de classe) e de grupos (políticas afirmativas de gênero, raça, geração, orientação sexual etc.), em dois âmbitos de direitos, que se complementam:

resoluções da CUT estes pontos apareciam como parte do objetivo da central de promover um “novo modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e ampliação da cidadania”.

• **Direitos gerais de cidadania identificados com qualidade de vida**, refletidos nas chamadas políticas sociais – sistema público de emprego (políticas ativas e passivas), saúde, habitação, educação, saneamento básico, meio ambiente saudável, entre outras.

• Direitos dos trabalhadores, a partir da concepção de trabalho decente/digno, e no marco do modelo de desenvolvimento, do sistema de regulamentação capital-trabalho e da organização e ação sindical defendidas pela CUT.¹⁷”

O conceito de socialismo aparecia na resolução de forma alegórica e caricata, sem nenhuma função clara. Longe de qualquer mudança estrutural da sociedade, o objetivo estratégico da CUT (segundo suas resoluções) era a construção de um “novo modelo de desenvolvimento”, baseado na ampliação de “direitos gerais de cidadania” e de “direitos dos trabalhadores”. O início da resolução ressalta o papel da Central nos fóruns tripartites que devem ser ampliados pelo Governo Lula da Silva. Além disso, o papel da gestão é enfatizado, deixando de lado a necessária autonomia dos movimentos sociais perante aos Governos. Mais do que a construção de novas mobilizações para pressionar o novo Governo eleito, a Central tinha como objetivo primordial a sua aproximação com a *institucionalidade*, seja via participação de fóruns e conselhos, ou através do recebimento de recursos públicos para promover serviços sociais de forma privada. A ampliação da qualidade de vida seria possível na mesma medida em que a CUT participasse amplamente da gestão de recursos públicos recebidos pelo governo, o qual seria defendido no interior da sociedade civil independentemente se suas políticas fossem ou não numa perspectiva contrária aos interesses mais gerais dos trabalhadores.

Uma certa diferenciação entre “Estado” e “Governo”, ao contrário do que pode parecer a primeira vista, não tinha como objetivo definir de forma mais clara os limites que existe para qualquer disputa das margens de manobra no interior do Estado Burguês. A CUT já exercia uma aproximação ampla com o “Estado” independentemente de seus condutores, (como no governo FHC, apesar de se colocar em oposição); agora com a eleição da Lula da Silva e o catapultar de diversos dirigentes do sindicalismo cutista para o interior da sociedade política, esta institucionalização da atividade sindical será elevada a novos patamares, quantitativos e qualitativos. Ao lado de sua institucionalização, aumento de sua divisão hierárquica, e ampliação do seu aparelho burocrático, a CUT utilizava estes novos espaços e mecanismos para difundir, de forma ativa no interior da sociedade civil, o social-liberalismo como única alternativa ao “*neoliberalismo hard*” promovido pelos governos Collor e FHC. Um novo pensamento único social-liberal em contraposição ao velho pensamento único neoliberal, que tinham em comum a

¹⁷ CUT. 9º CONCUR. Grifos nossos

desqualificação das alternativas propostas pelas correntes de oposição na Central como “irreais” e “sem sentido”.

Em junho de 2006 foi realizado o 9º Congresso Nacional da CUT. O primeiro eixo da resolução mais importante do Congresso, denominada “Estratégia – Fortalecer a Democracia e valorizar o Trabalho” era o relacionado as eleições de outubro do mesmo ano. Dentre os pontos positivos avaliados pela CUT do primeiro governo Lula da Silva, defendido enfaticamente no início da resolução, era a “nova postura” do BNDES, e a geração de empregos:

“Os avanços que obtivemos neste primeiro mandato de Lula são inequívocos: o aumento do emprego formal, com a criação de aproximadamente 4 milhões de empregos com carteira assinada; o investimento de mais R\$ 15 bilhões entre 2004 e 2005 na agricultura familiar; a promulgação do Estatuto do Idoso; o combate ao trabalho escravo; a luta contra a discriminação por sexo e raça

nas relações de trabalho; a contratação de funcionários públicos por concurso; o aumento real de quase 20% do salário mínimo, que hoje compra duas vezes mais produtos da cesta básica do que no início do governo; a ampliação do ensino público universitário; a não assinatura do tratado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); o fortalecimento dos laços com outros países do Sul do mundo e, em especial, com os da América Latina e a reorientação de empresas públicas (como Petrobrás e BNDES), são alguns exemplos dentre outros importantes.¹⁸”

No geral, a defesa do governo estava vinculada a pontos que, mesmo que concordássemos que são verídicos (o que não é o caso no que tange a diversas avaliações), não se contrapõem a lógica geral de gerenciamento do sistema capitalista. Mesmo nas suas resoluções, a revolução e as mudanças estruturais já não apareciam como necessárias, ou mesmo viáveis para a CUT.

Como forma de mobilizar seus sindicatos e militantes para o período seguinte do 9º CONCURT, a resolução aprovada tinha como título que em si traz grande parte da política defendida: “Para impedir o retrocesso e avançar nas mudanças, reeleger Lula Presidente”. O tema institucional tinha agora um peso ainda maior, pois a disputa do gerenciamento do aparelho do Estado tornava-se um dos pontos mais importantes (se não o mais) da Central.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de “qualidade de vida” aprofunda sua vinculação ao tema da “economia solidária” e acesso ao crédito:

“A organização nacional do Cooperativismo de Economia e Crédito Solidário com a contribuição dos Ramos da CUT

¹⁸ CUT. 9º Congresso Nacional da CUT. Pág 7

(...)Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, os Bancos de Desenvolvimento e alguns bancos privados já estão contribuindo ativamente para a inclusão financeira. Precisamos, através das Cooperativas, contribuir para a inclusão econômica e social, contribuindo para que a população excluída dê **um salto de qualidade de vida de forma duradoura e sustentável.**”

A CUT aprofundava nesse congresso a vinculação do conceito de qualidade de vida ao de economia solidária, propondo-se como gestora de empreendimentos que gerassem “empregos dignos”. Não se trata de uma defesa da auto-gestão de fábrica ocupadas, de terras, isto é, do planejamento coletivo e social de uma propriedade que antes era privada. A “inclusão financeira” através do emprego e de empréstimos torna-se o caminho da “compra da cidadania”, concebendo o mercado de trabalho e de compra de produtos como fio condutor de uma concepção de mundo pautada pela mercantilização de todas as esferas da vida.

Conclusão

Na pesquisa realizada através desta trabalho podemos concluir que a utilização das fontes podem nos indicar novos caminhos, como também repensar definições de conceitos. O problema em torno das diversas denominações de um mesmo conceito, isto é, a utilização de palavras diferentes como nomenclatura de um mesmo processo histórico-social, não é pequeno. Até que ponto confundimos a leitura das fontes através de nosso “filtro” pessoal, no qual lemos os textos com a nossa concepção sobre qual é a determinação deste ou daquele conceito? Talvez realizar uma análise mais cuidadosa com os conceitos correlatos no próprio texto da fonte pode nos dar indícios e caminhos para essa preocupação, sendo essa uma de nossos principais buscas. *A CUT caminhou de forma gradual a partir de 1991, mesmo com momentos marcantes de ruptura e fortes transformações, em direção a uma concepção de qualidade de vida muito próxima do escopo geral defendida pelas classes dominantes. Passou-se da defesa da distribuição de renda e de um novo modelo de desenvolvimento para a pura inserção no mercado de trabalho através de serviços sociais “públicos não-estatais” realizados pela CUT, pelo cooperativismo, intermediação de mão-de-obra e acesso ao microcrédito como sinônimo de uma “maior qualidade de vida”.*

Além disso, acreditamos que através do trabalho conseguimos perceber a aparição de um conceito fundamental como “qualidade de vida”, relacionando-o com definições de outros autores “guia”, construindo assim novas saturações em torno do rumo na utilização das fontes na pesquisa sobre a CUT. Mais do que afirmações, a história requer de nós uma busca incessante em torno da

verdade, a qual através de seus indícios e rastros pelo tempo nos inquieta e impulsiona perante aos desafios presentes.

BIBLIOGRAFIA

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural: 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” In: THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. “Folclore, Antropologia e História Social” In: Thompson, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. “Padrões e Experiências” In: A Formação da Classe Operária Inglesa: Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000). Dissertação de Mestrado PPGH-UFF: 2009.